

LEI Nº 26 /93


Considera de utilidade pública municipal a
"Casa da Amizade" das Senhoras dos Rotaria-
nos em Campos Altos-MG.

A Câmara Municipal de Campos Altos-MG., aprovou e eu, '
Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública munici-'
pal a "Casa da Amizade" das Senhoras dos Rotarianos em Campos Altos-MG,
sediada nesta cidade, inscrita no C.G.C. sob o nº 20.045.118/0001-43.

Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta'
Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

-Prefeitura Municipal de Campos Altos-MG., 25 de Junho de 1993.



VITOR VIEIRA DOS SANTOS
-Prefeito Municipal-

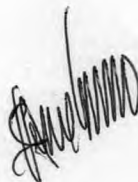
Câmara Municipal de Campos Altos:


Rubens Takashi Iwano
Presidente

Aprovado em 24/06/93
Projeto Lei Nº 26/93


Dina Ribeiro
Bragança


Rubens Takashi Iwano




J. B. B. B.
B. B. B. B.

ESTATUTO

- DA -

" CASA DA AMIZADE "

DAS SENHORAS DOS ROTARIANOS

- EM -

CAMPOS ALTOS

- MINAS GERAIS -

- FUNDADO EM 1º de Maio de 1970 -

ESTATUTO

DA

"CASA DA AMIZADE"

DAS SENHORAS DOS ROTARIANOS EM
CAMPOS ALTOS

CAPÍTULO I

Das Instituições e seus fins

Art. 1º - A Associação "Casa da Amizade" das senhoras dos rotarianos em Campos Altos, fundada em 1º de maio de 1970, passa a reger-se pelo presente estatuto.

Art. 2º - A Associação tem fôro e sede nesta cidade e durará por tempo indeterminado.

Art. 3º - A Associação tem por objetivos; desenvolver e estimular as boas relações entre as famílias dos rotarianos, auxiliar instituições filantrópicas e prestar obras de assistência social.

Parágrafo único - Para execução de seu objetivo, a associação utilizará o trabalho e a contribuição financeira de seus sócios e poderá aceitar quaisquer donativos que lhe sejam feitos.

CAPÍTULO II

Das Sócias, seus direitos e deveres

Art. 4º - A Associação terá sócias efetivas, beneméritas e honorárias.

Art. 5º - Somente poderão ser sócias efetivas as esposas dos sócios de Rotary, com sede em Campos Altos.

Parágrafo único - Não perderão porém sua qualidade de sócias efetivas, as viúvas desses rotarianos enquanto não contraírem novas nupcias.

Art. 6º - Sócias benémeritas são as pessoas que em virtude de do nativos de extraordinário valor ou de serviços de vulto excepcional prestados a associação, sejam julgadas merecedoras do título.

Art. 7º - Sócias Honorárias são as pessoas que mereçam este título por serviços prestados no campo da assistência social.

Art. 8º - São direitos das sócias em geral:

- a) frequentar a associação;
- b) colaborar para a consecução do objetivo social dentro das normas que forem traçadas pela diretoria.
- c) Demitir-se da associação por simples cartas a presidente.

Art. 9º - São direitos exclusivos das sócias efetivas:

- a) tomar partes nas assembléias gerais, apresentar propostas, votar e ser votada.
- b) exercer cargos na diretoria para as quais sejam eleitas ou designadas
- c) propor novas sócias.

Art. 10º - São deveres das sócias em geral: zelar pelo bom nome da associação, respeitar os presentes estatutos, os regulamentos da associação, deliberação da assembléia geral e as resoluções da diretoria.

Art. 11º - São deveres das sócias efetivas:

- a) Prestar à associação na sede ou fora dela os serviços que lhe forem atribuídos pela diretoria.
- b) Pagar a contribuição estabelecida do presente estatuto.

Art. 12º - As sócias efetivas serão admitidas mediante proposta aprovada pela diretoria.

Art. 13º - As sócias beneméritas e honorárias serão escolhidas pela assembléia geral por proposta da diretoria.

Art. 14º - Perderão automaticamente sua qualidade de sócias efetivas aquelas que se atrasarem mais de seis meses o pagamento de duas contribuições e as houverem perdido os requisitos para serem sócias da respectiva categoria.

Art. 15º - Será eliminada por deliberação da Diretoria a sócia que deixar de cumprir os deveres estipulados no presente estatuto.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO -

Art. 16º - A associação será dirigida por uma diretoria que será constituída dos seguintes membros: Uma Presidente, Uma Vice-Presidente, Uma Secretária, Uma tesoureira, Uma Diretora Social.

Art. 17º - A Diretoria será eleita normalmente em assembléia geral por voto direto e secreto, na primeira quinzena de abril de cada ano, tomando posse na assembléia geral a realizar-se no mês de maio do ano seguinte.

Parag. 1º - A presidente não poderá ser reeleita para o período seguinte ao de seu mandato.

Parag. 2º - O mandato da diretoria será de um ano, persistindo até a posse de sua sucessora.

Parag. 3º - Se a circunstância o exigirem, a eleição da diretoria ou diretora poderá verificar-se Assembléia geral extraordinária, especialmente convocada, completando a diretoria ou diretora o prazo de mandato daquelas ou daquela a que substituírem.

Art. 18º - A diretoria compete orientar e dirigir os trabalhos sociais e adotar as medidas que julgue convenientes para obtenção de recursos destinados a execução do objetivo social.

Parag. Único - A diretoria deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mês.

Art. 19º - Ressalvada a substituição da Presidente pela vice- as demais diretoras serão substituídas por sócias sob indicação da Presidente.

Art. 20º - Compete a presidente; presidir todas as reuniões da diretoria e assembleia geral, assinando com a secretária as respectivas atas; executar e fazer cumprir as deliberações desses órgãos, representar a associação ativa e passiva em juízo e fora dele.

Art. 21º - A vice presidente compete; auxiliar e substituir a presidente em seus impedimentos.

Art. 22º - A secretaria compete; manter em dia o registro geral de todas as atividades da associação; exercendo todas as demais funções inerentes ao cargo, ou aquelas que lhe sejam determinadas pela (diretora) presidente ou pela diretoria. Será responsável pelo registro e atas da associação.

Art. 23º - A tesouraria compete; ter sob sua guarda e direção todos os fundos e depósitos da associação; apresentar mensalmente um relatório a diretoria e na assembleia geral em que tomar posse a nova diretoria; desempenhar as demais funções peculiares ao cargo e ao deixar este, passar imediatamente a sua sucessora ou a presidente todos os fundos, depósitos e papéis sob a sua guarda. É obrigatória a assinatura da presidente da tesoureira nos cheques emitidos pela associação.

Art. 24º - A diretoria Social compete a organização de festas de quaisquer promoções sociais...

CAPÍTULO IV

Das Assembléias e Reuniões

Art. 25º - A assembleia geral é soberana, dentro dos presentes estatutos, que puderam ser por ela reformados, nos termos prescritos.

Parag. Único - Compete-lhe especialmente elaborar-se e julgar necessário, o regulamento interno da associação e resolver quaisquer casos omissos dos presentes estatutos, bem como destituir a diretoria sem necessidade de declaração de causa.

Art. 26º - Salvo disposição em contrário neste estatuto, as assembleias gerais instalar-se-ão em primeira convocação com a presença da maioria das sócias efetivas e, em segunda com qualquer número deliberando sempre com maioria de votos das sócias presentes.

Art. 27º - As reuniões de assembleias gerais serão convocadas

pela diretoria com oito dias de antecedência indicando dia, hora e local.

Art. 28º - A assembléia geral ordinária realizar-se-á na segunda quinzena de novembro e durante o mes de março de cada no, realizando-se na primeira eleição da diretoria e na segunda a posse da diretoria eleita, prestação de contas da diretoria sucedida e fixação das mensalidades das sócias efetivas cooperadoras.

Parag. Único - nessas reuniões poderão ser tomadas deliberações que não sejam privativas das assembléias gerais extraordinárias.

Art. 29º - As Assembléias gerais extraordinárias serão convocadas pela diretoria ou por um terço das sócias efetivas devendo indicar-se na convocação o objetivo da reunião.

Art. 30º - As reuniões ordinárias da diretoria realizar-se-ão em dia hora e local que forem fixados pela própria Diretoria; as extraordinárias, quando forem convocadas por ordem da presidente ou de um terço da diretoria com indicação de dia, hora e local.

Parag. Único - A diretoria deliberará com a presença de tres diretoras pelo menos e pelo voto da maioria das diretoras presentes cabendo a presidente, além de seu voto como diretora, o voto de desempate.

CAPITULO V

Das contribuições

Art. 31º - As sócias efetivas e cooperadoras contribuirão com a mensalidade que fôr fixada pela assembléia geral.

CAPITULO VI

Dos Fundos Sociais

Art. 32º - Os fundos da associação excedentes de Cr\$ 2,00 serão depositados em seu nome em estabelecimento bancário indicado pela diretoria.

Parag. Único - As despesas e compras serão pagas pela tesouraria com visto da Presidente.

CAPITULO VII

Da Reforma dos Estatutos

Art. 33º - O presente estatuto poderá ser alterado no todo ou em parte em assembléia geral extraordinária, convocada especialmente para esse fim com o comparecimento de dois terços pelo menos das sócias efetivas em primeira convocação e com qualquer número em segunda no mesmo dia, meia hora depois.

Parag. Único - A convocação será acompanhada da proposta de modificação.

CAPITULO VIII

Das disposições gerais

Art. 34º - A associação se obstará de assuntos religiosos ou de politica partidária sendo vedada a discussão de tais assuntos nas reu

niões.

Art. 35° - As sócias não responderão nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela associação.

Art. 36° - O ano social terá início na primeira quinzena de maio e terminará um ano depois com a posse da nova diretoria.

CAPITULO IX

Da Dissolução

Art. 37° - A dissolução da associação somente poderá ser deliberada em assembléia geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, obedecendo-se as normas prescritas para reforma de estatutos salvo quanto a maioria que será dois terços das sócias presentes.

Art. 38° - A assembléia geral que resolver a dissolução deliberada sobre o destino do patrimônio da associação pela maioria prevista no artigo anterior.

CAPITULO X

A RT/ 39° - Como uma homenagem especial serão consideradas sócias fundadoras da Casa da Amizade as senhoras que assinaram a ata da posse de sua primeira diretoria eleita.

CAPITULO XI

Disposições transitórias

Art. 40° - A diretoria eleita em abril de 1970 exercerá suas atribuições a partir da data da posse em 1° de maio de 1970 até que seja empossada a nova diretoria a ser eleita em assembléia geral em abril do ano de 1971.

Primeira diretoria - 70/71

Presidente: Claudete Aparecida Kalil Abrahão
Vice-Presidente: Maria de Lourdes Macedo
Tesoureira: Nemir Ribeiro de Sena Ramos
Secretária: Maria Rosária R. Domingos
Diretora Social: Maria Augusta Ribeiro

Prezadas companheiras:

Temos a felicidade de oferecer a vocês o nosso estatuto - para que, através do conhecimento das normas e princípios que regem a nossa querida Casa da Amizade, possamos realizar algo de bom e útil, estreitando os laços de amizade entre as sócias e servindo ao nosso semelhante.

Unidas pelo mesmo ideal estaremos elevando sempre mais o nome da "Casa da Amizade", entidade que congrega as esposas dos Rotarianos. Em nome da Diretoria, perido 70/71

Claudete Aparecida Kalil Abrahão (presidente)

Claudete Aparecida Kalil Abrahão



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Diretoria Regional de Patos de Minas.

Patos de Minas, 10 de Maio de 1.993.

OF/ CIRC Nº 005/93/D.R.P.M

Senhor (a) Presidente,

Em virtude do disposto no artigo 16 da Lei nº 10.862 - Diretrizes Orçamentarias/93, publicada no MG, de 07/08/92, a pag. 03 do Diário do Executivo - Parte I, a liberação de quaisquer recursos financeiros, via Convênio, fica previamente condicionada à apresentação formal do decreto de utilidade pública (municipal, estadual ou federal) da Entidade conveniada, junto à Divisão de Registro e Pesquisa de Entidades Sociais, na Superintendência de Ação Social.

Assim sendo encaminhamos, em anexo, cópia do Artigo supra citado para que V.Sa, cumpra tal exigência.

Para requerer a Certidão de Utilidade Pública Municipal procure a Câmara Municipal, levando os seguintes documentos:




GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

- Ata de posse da ultima diretoria;
- Estatuto registrado em cartório;
- Extrato do estatuto publicado no Minas Gerais;
- C.G.C;

Contando com sua atenção na agilização das providências devidas somos.

Atenciosamente,


MARIA INES MARTINS DE OLIVEIRA
DIRETORA REG. PATOS DE MINAS
SETAS - MASP Nº 241.000 - 78

Lei de Diretrizes Orçamentárias/92
Mecanismo de 27.08.92

§1º - ficam excetuados os recursos provenientes de convênios cujo objeto específico seja a cobertura de despesa de investimento.

§2º - O disposto neste artigo não se aplica a situações excepcionais, devidamente justificadas pela entidade interessada, com parecer favorável da Junta de Programação Orçamentária e Financeira e mediante aprovação do Governador do Estado.

Art. 13 - Os convênios celebrados por órgãos e entidades da administração pública estadual do Poder Executivo que exijam contrapartida financeira ou garantia do Tesouro Estadual deverão ter prévia aprovação da Junta de Programação Orçamentária e Financeira.

SEÇÃO II

Das Diretrizes para o Orçamento Fiscal

Art. 14 - As despesas de custeio dos órgãos e entidades que integram o Orçamento Fiscal, realizadas à conta de recursos do Tesouro Estadual, não poderão ter aumento superior, em termos reais, à estimativa de gastos para 1992, tendo como referência a realização efetiva da despesa até junho.

Parágrafo único - Excetuam-se do disposto neste artigo:

- I - as despesas com pessoal e seus encargos;
- II - as despesas correntes com saúde e educação.

Art. 15 - Não poderá ser destinado recurso para atender despesa com clube, associação de servidores ou entidade congênera, excetuadas as creches e escolas para atendimento pré-escolar.

Art. 16 - A celebração de convênios para a concessão de subvenções sociais e auxílios para despesa de capital é restrita a entidades sem fins lucrativos, de assistência social, voltadas para a educação, a cultura e as artes, em todas as suas modalidades, a saúde, o amparo e assistência à infância, a velhice, a maternidade e o deficiente, o esporte, o lazer, a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento comunitário e a prestação de serviços destinados a proporcionar a melhoria das condições sociais da coletividade carente, ~~com~~ exclusivamente de utilidade pública, ressalvando-se convênios e contratos com cooperativas ou associações de produção com repasse de recursos federais, observadas as exigências da legislação em vigor, e está condicionada:

I - à comprovação das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos em 1991 e 1992;

II - à aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado, da prestação de contas dos recursos de que trata este artigo, recebidos até 1990.

§1º - (Vetado).

§2º - O prazo para a prestação de contas ao órgão repassador dos recursos de que trata este artigo será de 60 (sessenta) dias contados a partir da liberação da última parcela prevista no convênio.

AUTENTICAÇÃO

Conferir esta fotocópia com original.

Deu fé. Campos Altos 26

de 05 de 10 de 93

000001
AGENTE

AIRTON LOPES - Juramentado

20.045.191/0001-15

**CAMPOS ALTOS - CARTÓRIO DE
REGISTRO CIVIL E NOTAS**

Rua João Soares de Souza, 600

C.E.P. — 38.970

CAMPOS ALTOS — MG

Ata de reunião extraordinária
da Casa da Amizade das senhoras
rotarianas de Campos Altos.



No dia 9 de novembro de 1992 às 19 horas
no salão próprio de suas reuniões a senhora
Maria Madalena Correia Yuano, presidente da Casa
da Amizade, período 92/93, convocou a atual
diretoria e a da gestão passada, tendo con-
parecido todos os membros da atual e as
ex-presidente e ex-secretária. Motivo da reunião
é que necessitando do visto do Sr. J. Luiz
de Oliveira da Bmarca, na ata da posse



da atual diretoria, o mesmo quis registrar a ata da eleição da mesma. Constatou-se que no livro de atas não havia sido lançada ata de eleição. Foi explicado pelos ex-membros da diretoria presentes que não houve eleição e sim escolha, ou indicação conforme consta da ata do dia 14-5-92, em reunião. Foi não ter sido lançada eleição em ata. A atual presidente explicou que os demais membros da diretoria foram de escolha sua e como todas aceitaram, passou assim a funcionar: Presidente: Maria Madalena Corrêa Yuano, Vice-presidente: Carla Saicali Maria, 1ª Secretária: Solanda Maria Domingos Oliveira, 2ª secretária: Creusa Maria Silva e Lopes, 1ª Tesoureira: Maria Célia Almeida de Souza, 2ª Tesoureira: Valéria Ladeira de Souza Pereira. Resolvida esta questão a reunião teve prosseguimento aproveitando para tratar de assuntos referentes à bancada da festa do peão e encerrou-se a mesma. É em parâmetro constar lavrei a presente ata que foi por mim e os demais presentes assinada. Campos Altos, 9 de novembro de 1992. Sec. Solanda Maria Domingos Oliveira, Maria Madalena Corrêa Yuano, Julia Yoshiko Hayakawa, Ana Maria B. de D. Sidney de Souza, Valéria Ladeira de Souza Pereira, Creusa Maria Silva e Lopes, Maria Apolida B. de Oliveira, Marlene Cardoso Leão Teixeira, Carla Saicali Ananias.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Apresentado hoje. Aportado no Protocolo sob número de ordem 3998 Registrado no livro BN3V sob número de ordem 3642 fls. 162 verso e 163 data 02 de dezembro de 19 92

Outor [assinatura]

Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas. Luiz Alexandre Leopoldino Júnior OFICIAL Ibá - Minas Gerais

rito 031292-1
[assinatura]
Reatado e T...
[assinatura]

Igreja de Cristo Pentecostal do Brasil, com sede em Santo André — Estado de São Paulo. O Orfanato tem por objetivo: Amparar e educar os menores necessitados da cidade de Boa Esperança-MG; promover, por meio próprio ou em colaboração com outras entidades, o ensino profissional, procurando difundir por todos os meios. O Orfanato só receberá crianças recém-nascidas e até dez (10) anos, que permanecerá internada até a idade de 18 (dezoito) anos. A administração desta entidade será feita por um Conselho Administrativo, composto pelos membros do Conselho; por uma Diretoria, composta de onze membros: um presidente; um vice-presidente, dois secretários, dois tesoureiros, cinco membros do Conselho Fiscal. O Conselho Administrativo resolverá os assuntos não compreendidos na administração ordinária do Orfanato. Ao presidente compete: a) Superintender todos os serviços do Orfanato; b) representar em Juízo ou fora dele; c) convocar e presidir as sessões do Conselho e da Diretoria, dando execução às deliberações. O Orfanato só poderá ser extinto por deliberação de dois terços dos membros da Diretoria e do Conselho Administrativo. Nesta hipótese, o que restar do patrimônio, será entregue a instituição beneficente que for escolhida pelo menos por dois terços dos membros da Diretoria e do Conselho Administrativo.

Boa Esperança, 30 de outubro de 1972.
Pelo presidente, (a.) Josefa Marques Silva.

957 (B. 490 — T. 53.933 — X)

COMERCIO E INDUSTRIA IRMÃOS FORTINI S.A.

(C.G.C. 21.559.612/001)

Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas para uma Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 3 de fevereiro de 1973, sendo a primeira convocação às 14 horas e a segunda e última às 15 horas, à rua Halfeld n. 704 — sala 105 — nesta cidade a fim de deliberarem sobre o Relatório da Diretoria, Balanço e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas Gerais. Parecer do Conselho Fiscal, eleição dos membros do Conselho Fiscal e assuntos gerais.

Os acionistas deverão mostrar sua qualidade exibindo os títulos de ações nominativas ou ao portador se exigidas.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas os documentos a que se refere o art. 29 do decreto-lei n. 2.627 de 26 de setembro de 1940.

Juiz de Fora, 2 de janeiro de 1973.

(a.) D. Hélio Fortini — Diretor-Presidente

955 (B. 490 — T. 53.929 — XXX)

Presença de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) associados, para deliberar sobre a Reforma do Estatuto.

Para os efeitos legais e estatutários declara-se que o número de associados da Cooperativa, nesta data, é de 448 (quatrocentos e quarenta e oito).

Belo Horizonte 3 de janeiro de 1973.

(a.) Archimedes da Cruz Mattos.

965 (B. 490 — T. 53.961 — XXX)

CONDOMINIO DO EDIFICIO TAMBAU

(Av. Paraná, 287)

Ficam os senhores condôminos-proprietários convocados para a Assembleia Geral do Condomínio a realizar-se no dia 12 do corrente mês às 19.00 horas na Sala do Condomínio do mesmo Edifício para discutirem a seguinte pauta:

a) Prestação de contas do exercício de 1972.

b) Aprovação do orçamento para 1973.

c) Eleição e posse do novo síndico.

Não havendo número legal na 1ª convocação ficam os mesmos convocados para uma 2ª reunião a realizar-se no mesmo local e dia às 21.00 horas.

(a.) Tancredo Guimarães — Síndico.

974 (B. 490 — T. 53.967 — X)

CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DOS ROTARIANOS DE CAMPOS ALTOS

(C.G.C. 16.727.737/001)

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Aos 6 (seis) dias do mês de dezembro de 1972, realizou-se em 2ª convocação a Assembleia Geral Extraordinária da Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos de Campos Altos.

Iniciando os trabalhos, informou a Sra. Presidente que convocara a Assembleia para, de acordo com que preceitua o artigo 33 do Estatuto, propor as alterações que lhe fossem inseridas algumas alterações, tendo em vista adaptá-lo às normas do Conselho Nacional de Serviço Social, onde deverá a Casa da Amizade se registrar para se habilitar ao recebimento de subvenções.

Desta forma, foi proposta e aprovada a alteração do artigo 33 que passará a ter a redação seguinte: «Artigo 33 — Em caso de dissolução, o patrimônio destinar-se-á a uma instituição congênere, registrada no Conselho Nacional de Serviço Social».

Também ficou decidido a inclusão de um termo aditivo ao estatuto com este teor: «Artigo 41 —

assuntos pertinentes a cada uma. A primeira convocação com um mínimo de 23 dos Associados será às 15 horas do dia 5 de janeiro de 1973 e a segunda convocação 30 minutos após, com qualquer número de Associados.

Contagem 3 de janeiro de 1973.

(a.) Joaquim Luiz Ferreira — Presidente da Associação Pró-Me. Ithoramentos dos Bairros Flamengo e Bandeirantes.

975 (B. 490 — T. 53.977 — X)

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A. «CONCISA»

(C.G.C. 17.158.577/001)

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas, na sede social, à Rua Padre Rolim n. 959, nesta cidade convidados por correspondência que lhes endereçou a Diretoria, compareceram os acionistas da Sociedade. O Diretor Superintendente, Ayrton de Araújo, após verificar no livro de presença de acionistas representando a totalidade das ações do capital social, declarou instalada a Assembleia Geral, e pediu aos acionistas que designassem um dentre eles para presidir, e escolheu ele mesmo, convidou-me para secretariá-la. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que a carta-convite estabeleceu a pauta para as seguintes matérias: a) Eleição e renúncia de Diretor; b) Assuntos gerais. Relativamente ao item a), o Sr. Presidente propôs a eleição do Sr. Arnaldo Mendes Junior, para ocupar o cargo de Diretor Comercial, que se encontra vago pois que o Juiz capacitado para colaborar no desenvolvimento dos negócios franquizada a palavra, como ninguém se manifestou, submeteu a proposta à votação, e constatou sua aprovação unânime. Prosseguindo, comunicou aos presentes que o Diretor Financeiro, Sr. Fernando Gonçalves Castelo Branco, em correspondência na qual justificou-se, renunciou a seu cargo, e não conseguindo movê-lo, restou à Diretoria lamentar a perda do colaborador e agradecer-lhe a sua cooperação; sugeriu o Sr. Presidente, que esse cargo fosse mantido vago e autorizados os Diretores Superintendente e Técnico acumular as funções daquele Diretor. Votada, a proposição foi aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente franqueou a palavra, e dela fazendo uso, o acionista Sr. Odilon Barcik propôs fosse fixado em Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), mensais os honorários do Diretor Comercial, e, como consequência das constantes elevações do custo de vida, elevado para Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) mensais os honorários dos Diretores Superintendente e Técnico. Colocada em discussão, a matéria foi aprovada por unanimidade. O Diretor Comercial eleito, Sr. Arnaldo Mendes Junior, presente, declarou ser brasileiro, natural de Be-

especial para a construção da sede.

Betim, 27 de janeiro de 1973.

(a.) Paulo Márcio Aleixo Angelo — Presidente.

967 (B. 490 — T. 53.953 — X)

CONDOMINIO DO EDIFICIO JOÃO PINHEIRO

Edital de convocação

Ficam convocados os senhores condôminos do Edifício João Pinheiro sito à Avenida João Pinheiro n. 146 para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 10 de janeiro de 1973, às 9 horas em primeira convocação, no 16º andar do prédio a fim de discutir, rem e votarem a seguinte matéria:

a) orçamento para 1973;
b) prestação de contas e ratificação dos atos praticados;
c) votação do regulamento interno;
d) assuntos gerais de interesse do condomínio.

Se não houver quorum, em primeira convocação, instalar-se-á a assembleia em segunda, com qualquer número, às 10 horas.

Belo Horizonte 2 de janeiro de 1973.

«Condomínio do Edifício João Pinheiro».

(a.) (legível), síndico.

998 (B. 490 — T. 34.005 — X)

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A. «CONCISA»

(C.G.C. 17.158.577/001)

Ata de Reunião da Diretoria

Aos três dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, às dez horas, na sede social, à Rua Padre Rolim n. 959, nesta cidade, convocada na forma do Estatuto, reuniu-se a Diretoria da Sociedade, sob a presidência do Diretor Superintendente Ayrton de Araújo. — Iniciando os trabalhos, o Presidente expôs ter convocado a reunião, para que se deliberasse sobre a instalação de um escritório da Sociedade, em Curitiba, Estado do Paraná, com a finalidade de dar assistência constante e mais direta aos investimentos da Empresa naquele Estado, bem como, se necessário, poderes para efetuar compra de mercadorias e bens destinados ao objetivo social. — O escritório, se autorizado, localizar-se-á à Rua Marechal Deodoro n. 220, 2º pavimento, e para cuja administração, sugeriu o Sr. Carlos Tadeu Pugliese de Araújo, pessoa das relações desta Diretoria. — Prosseguindo, o Presidente franqueou a palavra a seus pares, solicitando sua manifestação, ocasião em que a proposta recebeu aprovação unânime e outorgaram ao referido Sr. Carlos Tadeu Pugliese de Araújo, os poderes necessários para gerenciar a citada dependência, tendo o mes-

(a.) Samuel Squieria Diretor.
999 (B. 490 — T. 51.007 — XXX)

EDIFICIO SOCIEDADE MINEIRA DE AGRICULTURA — SMA

Convocação

Convoco os senhores co-proprietários do Edifício «Sociedade Mineira de Agricultura (SMA)» para a reunião ordinária a realizar-se em sua sede no segundo andar à rua dos Guajajaras, 176 no dia 15 de janeiro de 1973, às 20.00 horas em primeira convocação com a presença dos 23 dos proprietários e às 20.30 horas em 2ª convocação com qualquer número para decidir-se sobre os seguintes itens: a) aprovar as resoluções e contas do síndico; b) modificação da escritura de convenção; c) Discussão e aprovação do regulamento interno; e) eleição do síndico; f) Assuntos gerais.

Belo Horizonte, 2 de janeiro de 1973.

Síndico, (a.) Hegivel.
1.006 (B. 490 — T. 51.021 — X)

CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS S.A. — (CEMIG)

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO

(C.G.C. n. 17.155.730/001)

Convocação

Ficam os Srs. Acionistas convocados para uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 18 de janeiro de 1973, às 16 horas, no 14º andar do Edifício «Carvalho Brito», na Rua Pádua n. 149, nesta Cidade de Belo Horizonte, cuja ordem do dia é a seguinte: a) Proposta da Diretoria Executiva no sentido de: a) ser o capital social aumentado de Cr\$ 914.000.000,00 para Cr\$ 1.132.800.000,00, mediante a incorporação a ele de parte do valor global de reservas existentes, distribuindo-se aos atuais acionistas, como bonificação, uma ação nova para cada grupo de cinco ações possuídas; b) serem vendidas em Bolsa de Valores as ações que resultarem da soma das frações provenientes da distribuição da aludida bonificação aos acionistas possuidores de um número de ações antigas não múltiplo de 5 (cinco), incorporando-se o produto líquido dessa venda à conta «Reserva para Aumento de Capital»; c) ser o capital social aumentado novamente, de Cr\$ 1.132.800.000,00 para Cr\$ 1.250.000.000,00, por meio de subscrição particular, em dinheiro, assegurado aos acionistas o direito de preferência, devendo ser, entretanto, subscritas mediante a aplicação de créditos existentes para esse fim, as ações restantes; d) reforma dos Estatutos; e) outros assuntos de interesse da Sociedade.

Belo Horizonte 26 de dezembro de 1972.

(a.) João Camilo Penna — Diretor-Presidente.
1.006 (B. 490 — P. 5.360 — XXX)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE
INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CAC

VALIDO ATÉ

31/12/89

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

20045118/0001-43

ATIVIDADE PRINCIPAL

80.21

NATUREZA JURÍDICA

16 - ASSOCIAÇÃO

CPF DO RESPONSÁVEL

075230506-97

ORÇÃO DA SRP

64400 - SAO GOTARDO

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL

CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DOS ROTARIANOS EM C ALTOS

NOME DE FANTASIA

LOGRADOURO

R TIRADENTES

NÚMERO

174

COMPLEMENTO

CEP

38970

BAIRRO / DISTRITO

CENTRO

MUNICÍPIO

CAMPOS ALTOS

UF

MG

RENTA - PESSOA JURÍDICA



PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS



IMPORTAÇÃO



LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS



CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS



RENTA - RETENÇÃO NA FONTE



MINERAIS NO PAÍS



ENERGIA ELÉTRICA



SOBRE SERVIÇOS

